

A QUESTÃO AGRÁRIA COMO QUESTÃO POLÍTICA : O "FEUDAL" EM IGNÁCIO RANGEL E O PREDOMÍNIO HISTÓRICO DAS FORÇAS CONSERVADORAS¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - INTRODUÇÃO

A questão agrária como questão política está na raiz da problemática brasileira na visão de IGNÁCIO RANGEL pois nas suas próprias palavras: "o Brasil empreendeu sua industrialização sem previamente remodelar as relações de produção na agricultura. Daí resulta que, acima das contradições internas de seu setor capitalista (entre trabalho e capital) e do seu setor feudal (entre o latifúndio feudal e o servo da gleba), paira a contradição entre o seu lado moderno e o seu lado arcaico. A economia brasileira é, ao mesmo tempo, moderna e arcaica e a coexistência entre seu lado moderno e o arcaico não se exprime por uma simples justaposição, mas por um conflito que enche toda a nossa história...A unidade entre esses dois aspectos é uma unidade dialética, uma unidade de contrários" (RANGEL, 1986a).

Desde logo não basta para discordar do autor tão somente comprovar ser a economia brasileira eminentemente capitalista de forma a demonstrar cabalmente a proeminência histórica de estruturas capitalistas na agricultura. Não deixando de concordar com autores para quem a utilização do conceito feudal tem implicações distintas do caso brasileiro, cuja economia só pode ser entendida na sua gênese no bojo do circuito mercantil, é preciso ir mais fundo na argumentação de IGNÁCIO RANGEL para que a discussão não se torne uma mera questão semântica. Se a abordagem dual tradicional pretende duas estruturas sociais isoladas num só espaço realmente é problemático o entendimento do todo que não se constitui interação das partes, mas é mera justaposição das mesmas. Não é isso que pretende RANGEL (1986a), que propugna uma totalidade contraditória onde o movimento é determinado por interesses antagônicos que levam a um desdobramento peculiar do processo de industrialização.

Nesse contexto como um todo o presente

trabalho procura refletir sobre o perfil da sociedade brasileira, associando a isso a proposição de RANGEL, dentro de sua percepção da força e da perenidade do domínio conservador, tanto no plano econômico como político.

2 - FORÇA CONSERVADORA E TRANSIÇÕES LENTAS E GRADUAIS

A questão central está no patrimônio imobilizado e no poder político que isso confere ao proprietário de terras. Se agrada e satisfaz aos interlocutores tomem-se os conceitos de capitalista e feudal na sua essência de modernizantes e conservadores. No plano político só assim pode-se entender a dificuldade estatal de engendrar um processo de distribuição de renda capaz de criar um mercado interno dinâmico que alavanque a demanda efetiva, relacionada com a baixa propensão a consumir decorrente de uma elevada taxa de exploração a que está submetida a massa trabalhadora (RANGEL, 1986a). Nesse aspecto o "feudal" de RANGEL (1986a) tem o mesmo sentido dos "resquícios colonial-escravistas" definidos por PRADO Jr. (1966) e FURTADO (1972) para caracterizar a prevalência da coersão extra-econômica na estrutura agrária brasileira.

A apreensão da importância desse aspecto só pode ser realizada ao analisar-se o perfil de uma classe dominante que é capaz de realizar historicamente transições longas com o objetivo de minimizar perdas no seu poderio político e econômico. O enorme poder das elites conservadoras no Brasil é um dado inquestionável da realidade que perpassa todo o processo histórico desde a constituição da nação. A monarquia brasileira erigida após a independência e a própria integridade territorial são elementos de um movimento de proteção dos interesses da oligarquia

¹As postulações formuladas neste trabalho procuram nas idéias de IGNÁCIO RANGEL, elementos para o entendimento da crise atual. No entanto não cabe a esse autor quaisquer responsabilidades sobre possíveis equívocos cometidos tanto com relação à compreensão como à aplicação de suas idéias inseridas neste trabalho. Recebido em 14/04/93. Liberado para publicação em 18/05/93.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola. *Informações Econômicas*, SP, v.23, n.06, jun. 1993.

escravista. O Brasil Imperial, tal como historicamente se constituiu a partir do sistema mercantil-colonial, foi uma necessidade instrumental capaz de manter a escravidão como regime de trabalho compulsório, quando todas as principais potências mundiais, dentre as quais a Inglaterra hegemônica no mundo, o condenavam peremptoriamente em defesa do trabalho livre, em nome da "liberdade" inerente à "modernidade capitalista do século XIX" (ALENCASTRO, 1987).

Tomando como partida a condenação formal da escravidão em todo mundo "civilizado" por volta dos anos trinta daquele século, a oligarquia controlando o Império, teve forças para manter esse regime de trabalho "arcaico" por mais meio século, quando a sua solução já estava "madura" em termos de que já haviam sido gestados os instrumentos de manutenção do poder econômico e político. A propriedade territorial é um deles através da Lei de Terras de 1850. Caindo a "escravidão" o Império se sustenta por pouco tempo, sendo que, entretanto, essa lentidão imprimida à "transição negociada" e não violenta, proporcionaria danos sérios até hoje sentidos na economia nacional, ao postergar por meio século a entrada do Brasil na industrialização, não engendrando a constituição do trabalho livre, pré-condição para a gestação das forças produtivas especificamente capitalistas da moderna indústria à época de sua expansão mundial na segunda metade do século XIX.

2.1 - A Pseudomorfose do Político Conservador

Essa "transição negociada" e sob controle oligarca, tanto do regime de trabalho como da forma de governo, manteve um núcleo conservador de incrível poder que dá o perfil da política nacional, embora assumia formas distintas no tempo. A figura política na predominância da agropecuária era o "coronel", que reinava sobre enorme vastidão territorial. Como coloca SINGER (1964), "dentro do latifúndio o senhor possui autoridade indiscutida e quase ilimitada. É obedecido incondicionalmente por agregados, arrendatários, parceiros e colonos, assim como capatazes, administradores e também pelos membros de sua própria família. Nenhuma oposição lhe vem de baixo, no plano político, ele é o chefe absoluto de sua clã. Só se lhe pode opor um outro coronel, de força e prestígio equivalentes" (SINGER, 1964).

As transformações econômicas provocaram

a pseudomorfose, para usar uma conotação rangeliana, das forças políticas. Pseudomorfose porque são transformações consentidas, que não mudam o conteúdo ideológico das forças dominantes do processo. A urbanização e a industrialização promoveriam um solapamento do poder político do "coronel" do latifúndio. Não se trata de uma ruptura mas de uma "transição" intestina às elites conservadoras que mantem seu perfil, o que segundo RANGEL (1962) "longe de impor ou precipitar a mudança no campo das relações internas, tenderá a abrir novas oportunidades de expansão, consolidando as relações internas de produção, dando-lhes concomitantemente novo conteúdo. A estrutura agrária do país corresponde à essência de suas relações internas de produção",

Nesse contexto, esse processo de pseudomorfose impõe uma resultante conservadora às transformações, como coloca SINGER (1964), "o extermínio político do coronel prenuncia o fim do latifúndio colonial. Mas apesar de tudo o coronel sobrevive em muitas partes. É uma figura em decadência, mas que dispõe ainda de muito poderio local, cuja pressão no plano nacional é nada desprezível". Dois acontecimentos contemporâneos ilustram bem esse enorme poder político das lideranças conservadoras rurais mesmo no Brasil industrial moderno. O primeiro acontecimento é o processo que culminou na Constituição de 1988 no qual a unidade das lideranças agrárias de proprietários deu-se sob a égide de uma postura latifundista de corte conservador, onde a União Democrática Ruralista (UDR) fez submergir o segmento de agricultores modernos da Frente Ampla da Agricultura, irmanando toda a classe de proprietários rurais na defesa irrestrita da propriedade. Outra demonstração de força desse conjunto foi o amplo perdão de dívidas alcançado, realizado às expensas de recursos públicos numa situação de grave crise fiscal do Estado Nacional. Nesses dois pontos da Constituição de 1988, esse conjunto impôs pesada derrota às demais forças políticas.

O "coronel" foi substituído como político conservador típico pelo representante de grupo econômico num processo onde a grande empresa assume a posição antes desempenhada pelo latifúndio, elegendo seus defensores para as diversas esferas do poder político. "O representante de grupo econômico se elege à custa de dinheiro. Sua tática é comprar votos de cabos eleitorais... O cabo eleitoral contribui para a eleição do representante do grupo econômico. Este em troca o sustenta financeiramente e lhe presta favores

políticos" (SINGER, 1964). O político de clientela, também de corte conservador tem uma forma de atuação semelhante, embora esteja mais próximo de sua base eleitoral atendendo diretamente pequenos favores, normalmente afetos à saúde. Apesar de não estar diretamente ligado à grande empresa, quase sempre vota com seus interesses.

O novo político conservador tem profundo conhecimento local baseado em compromissos fortes com um conjunto de cabos eleitorais, que são líderes locais com uma quantidade importante de votos mas que não são suficientes para alçá-lo a um cargo eletivo. A sustentação dessa pirâmide do poder conservador está estruturada em um sistema de "castas" eleitorais onde na base um conjunto de vereadores são sustentados pelos cabos eleitorais. Estes vereadores por sua vez sustentam deputados que são ligados a um líder regional ou estadual mais poderoso. Envolve portanto uma estrutura solidificada numa prática política de clientela secular. O cabo eleitoral só se mantém se realizar algumas reivindicações, normalmente pessoais, "por isso que ele precisa contar proteção de "cima", que ele obtém precisamente contribuindo para a eleição de vereadores e deputados... É desta maneira que cruzeiros se transformam em votos" (SINGER, 1964).

2.2 - Forças Conservadoras e Aparelho de Estado

A expressão desse poder político não contempla apenas o aparato legislativo, renovável pelo voto, mas atinge também a estrutura judiciária e as diversas parcelas das instituições executoras de políticas públicas. Na área executiva essa existência é visível pela própria constituição das esferas de comando, num processo conjunto de "segmentação e privatização" do Estado, no qual grupos econômicos dominam setores vitais do aparelho estatal para engendrar ações de seu interesse específico. Isso porque "os cargos de livre nomeação são distribuídos entre diversos grupos, em proporção à representatividade eleitoral que cada um possui" (SINGER, 1964). O Estado "privatizado" tem espaço para um movimento de organização de "grupos de interesses" privados associados a estruturas governamentais para executar políticas públicas específicas num andamento de mútua determinação (GRAZIANO DA SILVA, 1991).

A economia nacional está diretamente

marcada pelo poderio da grande empresa, ao mesmo tempo detentora de títulos da dívida pública e beneficiária das medidas adotadas, o que faz transparecer uma "mesmice crônica" na condução da política econômica, num encadeamento de períodos curtos de expansão e recessão na década de 80, o que demonstração da pequena margem de manobra dos condutores das ações governamentais no nível macroeconômico. Isso em razão de que a "transição negociada" reaparece numa forma específica na passagem da ditadura para a democracia, num processo gradual e controlado. Trata-se da personificação de "um conservantismo moderno", que no plano ideológico, quer manter socialmente aberta uma sociedade politicamente fechada que se baseia no mecanismo da empresa capitalista, pública ou privada" (CARDOSO, 1972).

RANGEL (1986a) coloca com clareza que está se formando uma "burguesia" de um perfil caracteristicamente conservador o que condiciona a cada momento histórico o postergamento ou resolução parcial de estrangulamentos institucionais ao desenvolvimento nacional. Isso de um lado "atrasa" o processo de transformação para minimizar perdas para a "burguesia nacional" e de outro, "quase sempre", determina um acirramento das desigualdades sociais com o ônus do ajustamento recaindo sobre os trabalhadores. A atualidade nacional está cheia de exemplos que demonstram que a "liderança do capital industrial sobre o capital não implica em liderança sobre toda a sociedade" (RANGEL, 1986a).

Ressalte-se a importância estratégica disso no caso brasileiro onde a constituição da economia industrial se deu com a implantação do "modelo americano" de industrialização. Nesse sentido, quando se fala de indústria nacional está se referindo a uma indústria cuja parcela expressiva está associada à agricultura, como agroindústria de insumos e máquinas e de processamento/beneficiamento. Tem-se portanto, uma economia de grande empresa numa situação onde a grande empresa tem fortes vinculações rurais, seja os conglomerados cooperativos seja as sociedades anônimas agroindustriais. Nesse meio rural, o sócio hegemônico é a oligarquia conservadora, embora combatida pela emergência de uma oposição progressista, o empresário agrícola moderno. Ainda assim, os dois principais segmentos de proprietários rurais têm um ponto onde convergem unilateralmente suas posições: a defesa da propriedade da terra, naquilo que RANGEL (1986b) bem caracterizou que

"esses novos fazendeiros, solidariamente com os antigos, revelam uma fome insaciável de terra".

Esse movimento das forças conservadoras está no centro do entendimento do conceito de "feudal" em RANGEL (1962). É fundamental tomar sua análise na sua essência e não na aparência do termo que usa para designar o viés conservador da classe dominante ainda presa a esquemas de dominação extra-econômicos. Sem a compreensão desse elemento é certamente muito difícil explicar, senão empreitada impossível, os desdobramentos futuros da economia nacional no seu processo de desenvolvimento capitalista. O "feudal" para RANGEL (1962) não era um obstáculo que impediria o avanço do capitalismo brasileiro, mas era sim o condicionante fundamental de uma transformação conservadora; uma vez que se instaurou sob a égide de uma correlação de forças políticas que fulminaram constantemente as mudanças estruturais para com isso forjarem a modernidade com exclusão social.

RANGEL (1962) tinha plena consciência de que o "feudal" desagregava-se para progressivamente dar lugar ao "capitalista", mas esse processo era o suficientemente dominado pelo "latifúndio" para moldar inexoravelmente uma sociedade industrial onde os "excluídos" estão a cada momento tão contraditoriamente postos frente à modernidade que, se aliam ao "atraso" dando um reforço à facção conservadora no plano político, e essa determina o ritmo da marcha.

A definição da resultante dos vetores de forças políticas na sociedade na época era do pleno conhecimento de IGNÁCIO RANGEL, que tinha claro um processo de difícil realização de reformas via confronto direto de maneira a romper os obstáculos pela vitória cabal sobre os conservadores. Para estas correntes progressistas a crença era que estava esgotado o modelo de dominação secular engendrado na sociedade brasileira. RANGEL (1962) reconhecia a dominação no campo mas não via forças sociais rurais capazes de realizar uma transformação revolucionária face a fragilidade política frente aos dominadores. Propunha uma alternativa política calcada no domínio das políticas públicas, para o que defendia um portentoso programa de inversões apoiado por forças políticas urbanas. Na sua perspectiva o fundamental era constituir um processo regulador do mercado de trabalho capaz de minimizar os efeitos do não cumprimento dessa função por uma agricultura estruturalmente inapropriada para um desenvolvimen-

to não excludente. Para isso não havia como bater-se frontalmente com a oligarquia conservadora.

3 - A CRISE ATUAL E A PERSISTÊNCIA DO CONSERVADORISMO

A transformação econômica não abalou em termos relativos, o poder político conservador, apesar de ser importante reconhecer o enorme avanço das forças contra-restantes representadas tanto pelas alternativas progressistas do plano político partidário como pelo sindicalismo combativo. Contudo essas forças não avançaram o suficiente para colocar em jogo a estabilidade do sistema conservador fortalecido institucionalmente. No seu processo "renovador" a elite conservadora construiu um moderno e portentoso aparato de controle social representado pelos meios de comunicação de massa, que magnificam o poder político de corte conservador validando posturas e preocupações claramente com esse perfil. Essa característica do "modelo americano" no plano da sociedade é um instrumento poderosíssimo no aspecto ideológico. A elite moderna detém esse sofisticado aparato de manipulação, através do qual o indivíduo deixa de confiar na sua experiência até que ela seja confirmada, pelos veículos de comunicação de massa que são elementos fundamentais da sociedade de massa, padronizando comportamento e consumo" (WRIGHT MILLS, 1968). Seus efeitos são ainda mais avassaladores numa população onde parcela relevante, se já não é parte do "mercado de consumo moderno", sobrevive a duras penas sem serviços públicos essenciais como a educação. No entanto é "consumida" no processo legitimador da força conservadora alçado através dos meios de comunicação de massa.

A década de 80 marca um período onde não há convergência dos interesses da classe dominante para alavancar as reorganizações política e econômica do país. "Para tanto seria necessário que a classe fosse capaz de definir uma proposta consensual que mobilizasse o apoio de suas várias frações e dos demais setores sociais. No caso da burguesia brasileira, entretanto, essa possibilidade encontra alguns obstáculos" (DINIZ & LIMA Jr., 1986). De um lado tem uma visão restrita presa a seus interesses o que impossibilita uma articulação mais ampla e democrática, de outro suas divisões internas impedem a formulação de um programa comum, sendo que a fração predominante, de corte monopolista, não

consegue impor-se sozinha. Desse modo, a passagem do regime militar para a democracia, "não pode ser entendida como uma cisão radical que implicaria numa rejeição profunda da herança autoritária; ao contrário, a tática dos industriais parece apresentar mais afinidades com um projeto de mudanças sem cortes e sem rupturas em que as linhas de continuidade sejam preservadas" (DINIZ & LIMA Jr., 1986).

A crise dos anos 80 tem portanto, na sua nervura central, um elemento recorrente na história brasileira, a transição lenta e controlada para minimizar perdas a que estariam expostas as elites conservadoras. Não importa o tempo, desde que a riqueza acumulada esteja protegida de várias formas, no exterior ou na especulação financeira. Essa capacidade de postergar dá mostra de robustez, numa "saúde que não se revela apenas pelo seu aspecto formal, em dado momento, mas pela comprovação de sua capacidade de **renovação**, sem ruptura de identidade" (RANGEL, 1962). Tal como a crise política dos anos 60, essa poderosa elite conservadora tem claro que o discurso néo-liberal é apenas uma tática de passagem, pois precisa do Estado sob seus desígnios. Isso porque "a verdade é que só o Estado pode expandir os investimentos, na medida necessária à absorção da capacidade ociosa do sistema, isto é, na medida necessária a resolver a crise presente" (RANGEL, 1962).

As transformações da sociedade estão portanto limitadas historicamente por esse predomínio conservador. A questão agrária, como a maioria das problemáticas estruturais, tem uma raiz eminentemente política. As soluções estão submetidas a esse desígnio conservador que conforma o Aparelho de Estado bem como todo o conjunto de políticas públicas de maneira a manter o controle social. Além disso, garante a passagem de uma fase a outra sem perdas substanciais na riqueza acumulada, impedindo uma transformação redistribuidora de poder e renda.

LITERATURA CITADA

ALENCASTRO, Luiz F. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos CEBRAP**, SP, (19): 68-72. 1987.

CARDOSO, Fernando H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo, Difusão

Européia do Livro. 1972.

DINIZ, Eli & LIMA JR. Olavo B. **Modernização autoritária: o empresariado e a intervenção do Estado na economia**. Brasília, IPEA/CEPAL, 1986. 79p.

FURTADO, Celso. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p.89-122.

GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, 21(3):5-34, 1991.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966. 332p.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo, Biental, 1986a.

_____. Posfácio. In: _____ **A inflação brasileira**. São Paulo, Biental, 1986b.

_____. **A questão agrária brasileira**. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: IANNI, Otávio. org. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. p.65-128.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

